



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DE MUNICÍPIO

DIA 17/06/24

Folhas N.º 17 Rubrica 8

**Processo nº: 14.109/2024**

**Requerente: UDILIFE COM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**

**Assunto: Recurso - Pregão Eletrônico n. 253/2023 - Processo Licitatório n. 11.346/2021**

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Assuntos Administrativos,

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa Udilife Comércio Importação e Exportação LTDA, visando a recusa da proposta ofertada pela Empresa M. Carrega Comércio de Produtos Hospitalares LTDA no item 4 - Otoscópio do edital n. 253/2023.

Cumprе mencionar que o Pregão Eletrônico n. 253/2023 tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de equipamentos médicos e eletros para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario D. de Castro, conforme especificações contidas no instrumento convocatório.

Como fundamentação para o Recurso, a empresa Udilife alegou que o produto ofertado não possui registro no Inmetro e não atende à norma ISO 13485, que são indispensáveis para a comercialização de produtos médicos.

A empresa alegou ainda que o produto Otoscópio Mikatos, não atende a RDC'S 751 de 15/09/2022 e 665 de 30/03/2022 e Portaria nº 384 de 18/12/2020 do Inmetro.

Após o recebimento do Recurso a Comissão de Pregão encaminhou os presentes autos com as razões da recorrente para pronunciamento de ordem técnica junto ao requisitante do objeto licitado, pois a pregoeira alegou não ter expertise para tal.

A Secretaria de Saúde por sua vez, manifestou-se no sentido de que fosse realizada diligência junto à empresa M. Carrega a fim de verificar a certificação do Inmetro no produto oferecido, bem como verificar se o mesmo oferece o mínimo de 05 espéculos reutilizáveis, conforme solicitado em edital.

Após a diligência devidamente realizada, a empresa encaminhou catálogo comprovando que o objeto ofertado atende perfeitamente ao solicitado pela unidade requisitante, situação está atestada anteriormente durante o certame pela unidade requisitante, porém afirmou a empresa não ter a certificação do Inmetro, mas sim o registro Anvisa.

Por fim, os autos foram encaminhados à esta Procuradoria para parecer jurídico.

É o relatório. Passa-se à devida análise.

## II - DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, vale mencionar que cabe ao Pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos, e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93<sup>1</sup> e do Decreto Federal nº 10.024/19, arts. 13 e 17<sup>2</sup>.

Assim, incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma

<sup>1</sup> “§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade”

<sup>2</sup> “Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

(...)

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCESSO Nº 14.109  
DO MA 11/08/20  
Folhas Nº 10 Rubrica 8

disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993, sendo certo que no caso em tela a Comissão de Pregão se manifestou motivadamente acerca do recurso.

Não obstante, passa-se à análise da legalidade do recurso.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:**

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- (...)

§ 4º **O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.**

Também assim dispõe o Decreto Federal nº 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica:

Art. 13. **Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:**

(...)



**IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;**

“Art. 44. Declarado o vencedor, **qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.**

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Por óbvio, também se admite o recurso do licitante contra atos praticados em favor de outro concorrente, como, por exemplo, contra a habilitação de determinado licitante, eis que no contexto da disputa é de seu interesse a eliminação dos demais concorrentes, cumprindo o pressuposto de interesse recursal.

Inicialmente, insta salientar que, **conforme previsto no art. 2º da Portaria nº 384 do Inmetro, que aprova os requisitos de avaliação da conformidade para equipamentos sob regime de vigilância Sanitária - Consolidado, não é de competência legal do Inmetro a regulamentação técnica dos equipamentos de vigilância sanitária, senão vejamos:**

Art. 2º Não é da esfera de competência legal do Inmetro a regulamentação técnica de equipamentos sob regime de vigilância sanitária, bem como o exercício de poder de polícia administrativa quanto ao objeto, cabendo, exclusivamente, a supervisão quanto ao uso da marca, tendo por foco o cumprimento das regras de Avaliação da Conformidade.

Ainda, no site do Inmetro, na área que prevê os Regulamentos Técnicos e Programas de Avaliação da Conformidade compulsória<sup>3</sup>, no item 64 há a previsão dos

<sup>3</sup>Regulamentos Técnicos e Programas de Avaliação da Conformidade compulsórios. Disponível em: <http://inmetro.gov.br/qualidade/rtepac/compulsorios.asp>





equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária, estando como mecanismo de Avaliação da Conformidade a certificação e como o Órgão Regulamentador está previsto a Anvisa.

Já em análise do Edital de Licitação, pode-se ver que **no item 21 que enumera as Qualificações Técnicas que devem ser apresentadas não há a previsão expressa de obrigatoriedade de apresentação de registro do Inmetro dos objetos a serem adquiridos**. Somente havendo previsão de apresentação de certificação do Inmetro no subitem 6.2.2 do Termo de Referência de forma genérica, sendo a seguinte redação:

“Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, **quando couber;**” (grifo nosso)

No mais, como o referido Edital é regido pela Lei 8.666/93, deve ser observado o art. 30, no que diz respeito à Qualificação Técnica, uma vez que o rol apresentado é taxativo.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



PROCESSO N° 14109  
DIA 14/06/21  
PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

II - (Vetado).

a) (Vetado).

b) (Vetado).

§ 2ª As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3ª Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4ª Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5ª É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6ª As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado).

I - (Vetado).

II - (Vetado).

§ 8ª No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não,





antecedará sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

§ 11. (Vetado).

§ 12. (Vetado).

Sendo assim, entende esta assessoria que a obrigatoriedade de apresentação de certificação do Inmetro deve ser mais detalhadamente apurada por setor competente para tanto, sendo certo que no bojo das normativas trazidas não há tal obrigatoriedade.

Tendo em vista se tratar de um assunto mais técnico, deve a Secretaria de Saúde ratificar a necessidade de Registro no Inmetro do item 4 em específico, ou se somente o registro na Anvisa é suficiente para a garantia da qualidade do produto a ser adquirido.

No mesmo sentido, esta assessoria não possui expertise para analisar se o objeto de recurso atende ou não as normas estabelecidas na ISO 13485, devendo o setor técnico responsável analisar se as especificações técnicas apresentadas pelo licitante vencedor atendem aos requisitos do Edital.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina esta assessoria que na hipótese do setor técnico competente entender pela necessidade de registro no Inmetro do bem licitado, o presente Recurso deverá ser provido. Caso não se verifique esta obrigatoriedade, tal como se observa até aqui, o não provimento do Recurso será medida a ser tomada.



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCESSO N.º  
PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO 156709  
Folhas N.º 24 Rubrica 10

Nesta conformidade, os autos deverão ser remetidos à Secretaria de Saúde para ciência e decisão final. Após, à Comissão de Pregão III para ciência e prosseguimento do certame.

Ressalta-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, questões de conveniência e oportunidade; cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 17 de Junho de 2024.

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347

Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula nº 115.212

De acordo,

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347